

04 FEV 2002

Valos

DÍVIDA PÚBLICA

# Dívida federal Parcela de títulos atrelados ao dólar deve variar entre 25% e 30% do total dos débitos no ano

# Exposição cambial pode crescer em 2002

Ricardo Allan  
De Brasília

A dívida federal vai continuar com alto grau de exposição cambial em 2002, que pode até aumentar em comparação aos níveis atuais. Do estoque da dívida, que fechou o ano passado em R\$ 624,1 bilhões, 28,6% são de títulos atrelados ao dólar. De acordo com o Plano Anual de Financiamento divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, neste ano a parcela desses papéis deve variar entre 25% e 30% do total, dependendo do comportamento do câmbio e das ne-

cessidades da política monetária.

Esse movimento contradiz a intenção do governo de reduzir a exposição da dívida às variações do dólar. O Fundo Monetário Internacional (FMI) já manifestou preocupação com o que considera uma elevada participação dos títulos indexados pela moeda americana no total do endividamento público. "Sempre dissemos ao FMI que existe a intenção de reduzir a participação dos cambiais. Vamos continuar perseguindo o objetivo na medida que as condições de mercado permitam", disse o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa.

Segundo ele, "a redução vai se dar a longo prazo e não da noite para o dia". Para o secretário-adjunto do Tesouro, Rubens Sardenberg, pode haver uma pequena queda no volume dos títulos caso o câmbio e os juros sejam menores neste ano e não haja emissões maiores do que resgates de cambiais. Para dar "hedge" (proteção) às empresas, o governo fez uma emissão líquida de cambiais de R\$ 28,7 bilhões em 2001.

Na elaboração do plano para este ano, o Tesouro considerou a rolagem integral de toda a dívida cambial que vence em 2002: R\$ 76,576 bilhões, o equivalente a 39,8% do vo-

lume total de vencimentos, estimado em R\$ 192,529 bilhões. Os técnicos consideraram também uma taxa cambial média de R\$ 2,40 a R\$ 2,50 e uma taxa de juros (Selic) de 17,5% em média. Segundo Sardenberg, os valores correspondem ao consenso das projeções dos analistas.

A expectativa do governo é de que o estoque total da dívida mobiliária fique entre R\$ 700 bilhões e R\$ 760 bilhões. Na projeção mais otimista, o crescimento seria de 12,16%. Na mais pessimista, 21,78%: um pouco menos do que a expansão registrada em 2001, que foi de 22,2%. O principal objetivo do plano, ao qual os ou-

tros se subordinarão, é a elevação do prazo médio de vencimento da dívida, hoje de 35 meses. O Tesouro quer que o prazo chegue a até 38 meses no fim de dezembro.

A parcela da dívida que vence no curto prazo (em até 12 meses) é hoje de 25,6% do total, nível que o Tesouro considera "confortável". O índice, importante como medida de solvência do país, deve ficar entre 26% e 29%. Ou seja, deve haver uma pequena piora no indicador.

Os papéis prefixados correspondem atualmente a 7,8% da dívida, parcela que deve fechar o ano entre 7% e 10%. O governo deseja a troca

progressiva de pós-fixados — hoje em 52,8% e com projeção de 51% a 56% — por prefixados.

No ano passado, as expectativas anunciadas no plano de financiamento foram totalmente frustradas, principalmente por três fatores não previstos no início do ano: a desvalorização de 18,7% do real frente ao dólar, o programa de reestruturação dos bancos federais — para o qual foram emitidos títulos no valor de R\$ 33,5 bilhões — e a elevação da Selic. Como resultado desse cenário, o estoque da dívida superou em R\$ 75,7 bilhões a estimativa básica projetada no plano do ano passado.